



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BAEPENDI

## Estado de Minas Gerais

### CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 21/2021

Processo n.28/2021

**O MUNICÍPIO DE BAEPENDI**, com sede Rua Dr. Cornélio de Magalhães, 97, centro, Baependi, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Douglas Staduto Souza, CPF n.º 462.326.996-53, que este subscreve, daqui para frente denominado simplesmente **LOCATÁRIO** e **MARIA ALICE NICOLIELLO VIOTTI**, portador do CPF 264.708.616-87, que também subscreve, doravante denominado de **LOCADOR**, têm entre si, na forma do Artigo 24, X, da Lei 8.666/93, justo e contratado o que segue:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO**

Constitui objeto deste Contrato a locação do imóvel situado à Rua Locação de imóvel situado à rua Capitão João Rocha, 124, Registro imobiliário n.º 14.461, com a finalidade de instalação do Departamento Municipal de Educação

**Parágrafo Único** – Faz parte do presente contrato Laudo de Avaliação proferido por servidores municipais.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

Este contrato terá sua vigência no período de 15/01/2021 a 01/03/2021

Poderá haver prorrogação deste contrato por meio de termo aditivo, por igual período.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

3.1 – Será pago à Locadora, o valor mensal de R\$ 1.750,74 (um mil, setecentos e cinquenta reais e setenta e quatro centavos) pela locação do citado imóvel.

3.2 - O preço retro referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo.

3.3 - É de exclusiva responsabilidade da Locadora o pagamento de todos os encargos tributários referente ao imóvel objeto deste contrato, bem como as demais despesas de manutenção.

3.3.1 – O município será responsável pelo pagamento da energia elétrica de iluminação do campo, podendo cobrar taxa de iluminação em casos onde a mesma seja fornecida para utilização por terceiros.

3.4 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da dotação orçamentária n.º:

256 3.3.90.36.00.2.06.01.12.122.0006.2.0061 00.01.01 DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO

3.5 – O preço total do referido contrato é fixado em R\$ 3.501,48 (três mil, quinhentos e um reais e quarenta e oito centavos).

3.6 – Após doze meses, os contratos prorrogados poderão ser objeto de reajuste com base em um dos índices oficiais, com privilégio para a adoção do menor percentual, na esteira da consulta 761.137 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

3.7 – Conforme necessidade, o presente contrato poderá ser prorrogado nos moldes da Lei 8.666/93

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO**

4.1 – O referido pagamento será feito até o 10º (décimo) dia útil do mês posterior à utilização do imóvel.

4.2 – A Locadora fica vedada de negociar, ou efetuar a cobrança ou o desconto de duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança diretamente ao Locatário.

4.3 - Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreção, serão devolvidos, e o prazo para pagamento contar-se-á da data de reapresentação da fatura.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO**

A Locadora não poderá transferir o presente Contrato, no todo ou em parte, sem o expresse consentimento do Locatário, dado por escrito, sob pena de rescisão do ajuste.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE**

A Locadora é responsável pela análise e estudo de todos os documentos fornecidos pelo Locatário, para o fornecimento do objeto, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de ignorância, defeito ou insuficiência de tais documentos.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

7.1 - Pela inexecução total ou parcial da obrigação assumida, o Município de Baependi poderá garantir a prévia defesa, aplicar à Locadora as seguintes sanções, isolada ou cumulativamente:

I - Advertência por escrito;

II - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Baependi, por prazo não superior a 02 (dois) anos;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BAEPENDI

## Estado de Minas Gerais

III - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição.

IV – Multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

7.2 - As sanções previstas nos incisos do item anterior poderão ser aplicadas juntamente com a multa.

7.3 - A multa aplicada deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia da interessada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7.4 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos itens precedentes, não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a Locadora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.5 - Será propiciada defesa à Locadora, antes da imposição das penalidades elencadas nos itens precedentes.

7.6 - Os valores pertinentes às multas aplicadas, serão descontados dos créditos a que a Locadora tiver direito ou cobrados judicialmente.

### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 - A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará, também, a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer motivos enumerados no art. 78, da Lei nº 8.666/93.

8.2 - A rescisão do Contrato poderá se dar sob qualquer das formas delineadas no art. 79, da Lei nº 8.666/93.

### CLÁUSULA NONA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Aplicam-se a este Contrato, as disposições do Art. 24, X, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, que regulamenta as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

As benfeitorias úteis e necessárias deverão ser indenizadas ao locatário.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DA TOLERÂNCIA

Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

### CLÁUSULA DÉCIMA- PRIMEIRA - DO FORO

Elegem as partes contratantes o foro da comarca de Baependi, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e CONTRATADAS, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas.

Baependi, 18 de janeiro de 2021.

**DOUGLAS STADUTO SOUZA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**MARIA ALICE NICOLIELLO VIOTTI**  
**LOCADOR**

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_

Doc.: \_\_\_\_\_ Doc.: \_\_\_\_\_